

**BALANÇO PATRIMONIAL**

0402 UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18

FOLHA: 000001

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

## 1 - ATIVO

## 1.1 - CIRCULANTE

## 1.1.1 - DISPONIVEL

## 1.1.1.01 - CAIXA E BANCOS

## 1.1.1.01.01 - NUMERÁRIOS EM CAIXA

## 1.1.1.01.01.001 - CAIXA

28.344,40 D

## NUMERÁRIOS EM CAIXA

28.344,40 D

## 1.1.1.01.02 - BANCOS

## 1.1.1.01.02.001 - BANCO DO BRASIL S.A - C/C 20.124-3

116.401,56 D

## 1.1.1.01.02.002 - BANCO CAIXA ECON. - C/C 2297-7

17.686,32 D

## 1.1.1.01.02.003 - BANCO BRADESCO - C/C. 31805-1

1,00 D

## BANCOS

134.088,88 D

## 1.1.1.02 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA

## 1.1.1.02.01 - APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQUIDEZ IMEDIATA

## 1.1.1.02.01.001 - APLICAÇÃO BB - CURTO PRAZO 200

523.758,53 D

## 1.1.1.02.01.002 - APLICAÇÃO - BRADESCO

1.443.604,09 D

## APLICAÇÃO FINANCEIRA LIQUIDEZ IMEDIATA

1.967.362,62 D

## 1.1.3 - CONTAS A RECEBER

## 1.1.3.01 - CONTAS A RECEBER

## 1.1.3.01.01 - CONTAS A RECEBER

## 1.1.3.01.01.001 - SPTRANS

1.354.817,71 D

## 1.1.3.01.01.002 - CONTAS A RECEBER

1.770.380,43 D

## CONTAS A RECEBER

3.125.198,14 D

## 1.1.6 - ESTOQUES

## 1.1.6.01 - ALMOXARIFADO

## 1.1.6.01.01 - ALMOXARIFADO

## 1.1.6.01.01.001 - ESTOQUE DIESEL

12.870,20 D

## 1.1.6.01.01.002 - ESTOQUE GRAXAS E LUBRIFICANTES

3.264,10 D

## 1.1.6.01.01.003 - ESTOQUE AUTO PEÇAS

26.725,70 D

## 1.1.6.01.01.004 - ESTOQUE PNEUS NOVOS

5.630,00 D

## 1.1.6.01.01.005 - ESTOQUE PNEUS RECAPADOS

3.891,00 D

## ALMOXARIFADO

52.381,00 D

## 1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

## 1.2.1 - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

## 1.2.1.05 - DEPÓSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES VINCUL

## 1.2.1.05.02 - BLOQUEIO JUDICIAIS

## 1.2.1.05.02.001 - BLOQUEIO JUDICIAL

259.910,79 D

## BLOQUEIO JUDICIAIS

259.910,79 D

## 1.2.2 - INVESTIMENTOS

## 1.2.2.02 - OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES

## 1.2.2.02.01 - OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES

## 1.2.2.02.01.001 - CONSÓRCIOS

76.055,01 D

## 1.2.2.02.01.002 - FUNDO DE INVESTIMENTOS - SPTRANS

154.984,62 D

## OUTROS INVESTIMENTOS PERMANENTES

231.039,63 D

## 1.2.3 - IMOBILIZADO

## 1.2.3.01 - BENS EM OPERAÇÃO

## 1.2.3.01.01 - BENS IMÓVEIS

## 1.2.3.01.01.002 - EDIFICAÇÕES

3.634.400,00 D

## BENS IMÓVEIS

3.634.400,00 D



**BALANÇO PATRIMONIAL**

0402 UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18

FOLHA: 000002

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

1.2.3.01.02 - VEÍCULOS		
1.2.3.01.02.001 - VEÍCULOS DE PASSAGEIROS MICRO ONIBUS		59.287.434,87 D
1.2.3.01.02.002 - VEÍCULOS DE SUPORTE OPERACIONAL		292.100,00 D
	VEÍCULOS	59.579.534,87 D
1.2.3.01.03 - OUTROS BENS DE APOIO		
1.2.3.01.03.001 - MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		61.819,88 D
1.2.3.01.03.003 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS		23.986,82 D
1.2.3.01.03.004 - BILHETAGEM ELETRÔNICA - VALIDADORES		252.598,57 D
1.2.3.01.03.005 - BILHETAGEM ELETRÔNICA - AVL		163.231,76 D
	OUTROS BENS DE APOIO	501.637,03 D
1.2.3.01.04 - IMOBILIZADO EM ANDAMENTO		
1.2.3.01.04.001 - IMÓVEIS EM BENFEITORIAS		55.000,00 D
	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	55.000,00 D
1.2.3.01.05 - DEPRECIAÇÃO ACUMULADA		
1.2.3.01.05.001 - (-) EDIFICAÇÕES		726.910,16 C
1.2.3.01.05.003 - (-) VEÍCULOS DE PASSAGEIROS MICRO ÔNIBUS		20.831.774,10 C
1.2.3.01.05.004 - (-) VEÍCULOS DE SUPORTE OPERACIONAL		9.021,62 C
1.2.3.01.05.008 - (-) BILHETAGEM ELETRÔNICA - VALIDADORES		71.392,00 C
1.2.3.01.05.009 - (-) BILHETAGEM ELETRÔNICA - AVL		19.870,77 C
	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	21.658.968,65 C
<b>Total do ATIVO</b>		<b>47.909.928,71 D</b>

**2 - PASSIVO****2.1 - PASSIVO CIRCULANTE****2.1.1 - CONTAS A PAGAR****2.1.1.01 - CONTAS A PAGAR****2.1.1.01.01 - CONTAS A PAGAR****2.1.1.01.01.001 - CONTAS DE CONSUMO**

25.755,55 C

CONTAS A PAGAR

25.755,55 C

**2.1.2 - VALORES A PAGAR****2.1.2.01 - VALORES A PAGAR****2.1.2.01.01 - FORNECEDORES****2.1.2.01.01.001 - FORNECEDORES****2.1.2.01.01.002 - FORNECEDORES - DIESEL****2.1.2.01.01.003 - FORNECEDORES - PRESTADORES DE SERVIÇOS**

457.211,27 C

302.500,35 C

27.206,24 C

FORNECEDORES

786.917,86 C

**2.1.2.02 - OUTRAS CONTAS A PAGAR****2.1.2.02.01 - OUTRAS CONTAS A PAGAR****2.1.2.02.01.001 - SEGUROS VEÍCULOS****2.1.2.02.01.002 - SINDICATO DE FUNCIONÁRIOS**

1.088.708,96 C

598,77 C

OUTRAS CONTAS A PAGAR

1.089.307,73 C

**2.1.2.03 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS****2.1.2.03.01 - SERVIÇOS PROFISSIONAIS****2.1.2.03.01.001 - SERVIÇOS DE AUD. E CONSULTORIA CONTABIL**

6.500,00 C

SERVIÇOS PROFISSIONAIS

6.500,00 C

**2.1.3 - OBRIGAÇÕES FISCAIS****2.1.3.01 - TRIBUTOS A RECOLHER**



**BALANÇO PATRIMONIAL**

0402 UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18

FOLHA: 000003

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

2.1.3.01.01 - TRIBUTOS FEDERAIS	638.182,79 C
2.1.3.01.01.001 - CSLL A RECOLHER	1.819.878,09 C
2.1.3.01.01.003 - IRPJ A RECOLHER	9.884,05 C
2.1.3.01.01.005 - IRRF A RECOLHER	
TRIBUTOS FEDERAIS	2.467.944,93 C
2.1.3.01.03 - TRIBUTOS MUNICIPAIS	287.233,26 C
2.1.3.01.03.002 - IPTU A RECOLHER	
TRIBUTOS MUNICIPAIS	287.233,26 C
2.1.3.02 - PARCELAMENTOS FISCAIS	
2.1.3.02.01 - PARCELAMENTOS FISCAIS	953.866,07 C
2.1.3.02.01.001 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIARIOS	
PARCELAMENTOS FISCAIS	953.866,07 C
2.1.4 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	
2.1.4.01 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	
2.1.4.01.01 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	398.860,39 C
2.1.4.01.01.001 - SALÁRIOS	671.606,96 C
2.1.4.01.01.002 - INSS A RECOLHER	182.521,87 C
2.1.4.01.01.003 - FGTS A RECOLHER	55.022,44 C
2.1.4.01.01.005 - RESCISÕES A PAGAR	53.442,31 C
2.1.4.01.01.006 - FÉRIAS A PAGAR	5.071,16 C
2.1.4.01.01.008 - PENSÃO ALIMENTÍCIA	
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIA	1.366.525,13 C
2.1.8 - OBRIGAÇÕES EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	
2.1.8.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS	
2.1.8.01.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS	1.015.438,80 C
2.1.8.01.01.001 - CAPITAL DE GIRO	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS	1.015.438,80 C
2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
2.2.1 - VALORES A PAGAR	
2.2.1.02 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMNETOS	
2.2.1.02.01 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.387.885,77 C
2.2.1.02.01.002 - FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	23.387.885,77 C
2.2.1.02.02 - OUTRAS CONTAS A PAGAR	376.800,00 C
2.2.1.02.02.001 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	376.800,00 C
2.2.1.04 - PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS	
2.2.1.04.02 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS	4.588.322,08 C
2.2.1.04.02.001 - PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO	
PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS	4.588.322,08 C
2.3 - PATRIMONIO LIQUIDO	
2.3.1 - CAPITAL SOCIAL	
2.3.1.01 - CAPITAL SOCIAL	
2.3.1.01.01 - CAPITAL SOCIAL - AÇÕES PREFERENCIAIS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.001 - ABRAHÃO LINCOLN DE SOUSA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.002 - ADEMIER WILLIANS BOMFIM	123.600,00 C
2.3.1.01.01.003 - ADILSON BUENO CARDOSO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.004 - ADRIANO MENDES VILELA	



**BALANÇO PATRIMONIAL**

0402 UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18

FOLHA: 000004

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

2.3.1.01.01.005 - ALESSANDRO TADEU BARROS SILVA	247.200,00 C
2.3.1.01.01.006 - ANA PAULA JACOMETTI	247.200,00 C
2.3.1.01.01.007 - ANDREZA BECHELI SANTA FAUSTA	370.800,00 C
2.3.1.01.01.008 - ANISIO AMARAL DA SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.009 - ANTONIA APARECIDA DE SOUZA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.010 - ANTONIA VILANI ALVES PEREIRA SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.011 - ANTONIO ALFREDO DA SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.012 - ANTONIO HENRIQUE DE ALMEIDA DE OLIVEIRA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.013 - CARLOS EDUARDO SANTOS CAMILLO JUNIOR	123.600,00 C
2.3.1.01.01.014 - CARLOS SERGIO NOGUEIRA DA SILVA	247.200,00 C
2.3.1.01.01.015 - CHISTIANNE OLIVEIRA LOIOLA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.016 - CLAUDIANA AMARAL DA SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.017 - DAERCIO SILVA DE JESUS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.018 - DANIEL DA SILVA SILVEIRA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.019 - DAVI DOS SANTOS AUGUSTO	122.954,00 C
2.3.1.01.01.020 - DORIVAL PEREIRA FARIA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.021 - EDINIVALDO RODRIGUES LOPES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.022 - EDMAR CARDOSO DO NASCIMENTO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.023 - EDSON APARECIDO PIRES ELIAS	247.200,00 C
2.3.1.01.01.024 - EDSON FABRIZIO BORGES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.025 - ELAINE MARIA DA SILVA BORTOLETO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.026 - ELIEL ALVES FLORES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.027 - ELISABETE PIRES DA CONCEIÇÃO VELASCO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.028 - ELISEU GOMES PORTELA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.029 - ELIZABETH CARVALHO SALLES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.030 - EUNICE RODRIGUES OLIVEIRA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.031 - EMERSON ALVES DE OLIVEIRA	618.000,00 C
2.3.1.01.01.032 - FIRMO VALDECI DE MATOS JUNIOR	123.600,00 C
2.3.1.01.01.033 - FRANCISCO VIERIA TABOSA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.034 - GILBERTO SILVA DE OLIVEIRA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.035 - GIVANILDA MARIA DO NASCIMENTO SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.036 - ISAIAS LUCAS DOS SANTOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.037 - IVANILDO JOSE DA SILVA	247.200,00 C
2.3.1.01.01.038 - JACQUELINE CAVALCANTE BRITO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.039 - JANILSON ROMAO DOMINGOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.040 - JOÃO BATISTA FRANCISCO DE ALMEIDA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.041 - JOÃO DOS SANTOS SOUZA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.042 - JOÃO FERREIRA RIBEIRO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.043 - JONATAS PAULINO DOS SANTOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.044 - JOSEFA VANILDA DOS SANTOS SOUZA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.045 - JUBERTO LUCAS DE LIMA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.046 - JUBERTO MACIEL DA SILVA JUNIOR	123.600,00 C
2.3.1.01.01.047 - LILIA RIBEIRO ORTUNES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.048 - LUCIANA LIMA SANTOS FREIRE	123.600,00 C
2.3.1.01.01.049 - LUCILENE FERREIRA DE ALMEIDA	1.236.000,00 C
2.3.1.01.01.050 - LUIZ CARLOS CALEGARI	123.600,00 C
2.3.1.01.01.051 - MARCELO ALVES DO CARMO	7.250.800,00 C
2.3.1.01.01.052 - MARCELO PASCHOAL CARDOSO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.053 - MARCIO APARECIDO DA SILVA	247.200,00 C
2.3.1.01.01.054 - MARCOS ANTONIO RIBEIRO DE VASCONCELOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.055 - MARIANE SOARES CALEGARI	123.600,00 C
2.3.1.01.01.056 - MARIETA ALVES LOPES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.057 - MARLON ALEXANDRE SILVEIRA XAVIER	123.600,00 C
2.3.1.01.01.058 - MAURICIO DA COSTA LIRA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.059 - MAXWELL WASHINGTON SILVA SANTOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.060 - NELSON TEGON FILHO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.061 - NILMAR APARECIDO DOS SANTOS	123.600,00 C
2.3.1.01.01.062 - OSAR ROBERTO ALVES MARQUES JUNIOR	123.600,00 C
2.3.1.01.01.063 - PAULO HENRINQUE DA SILVA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.064 - PAULO PEREIRA GOMES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.065 - PITER DO CARMO AMALFI	123.600,00 C
2.3.1.01.01.066 - RAIMUNDO DE SOUZA GONÇALVES	123.600,00 C
2.3.1.01.01.067 - RENATA DA ROCHA DOS SANTOS	370.800,00 C
2.3.1.01.01.068 - RICARDO ARTEN	123.600,00 C
2.3.1.01.01.069 - ROGERIO GOMES COELHO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.070 - ROSMARI ALVES PINHEIRO	123.600,00 C



**BALANÇO PATRIMONIAL**

0402 UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18

FOLHA: 000005

PERÍODO DE ENCERRAMENTO: 01/01/2020 A 31/12/2020

2.3.1.01.01.071 - SANDRA GONÇALVES CAVALCANTE	123.600,00 C
2.3.1.01.01.072 - SANDRO ZATTA MACIEL	123.600,00 C
2.3.1.01.01.073 - SIBELLE PASCHOAL CARDOSO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.074 - SIMONE DOS SANTOS MOTA	123.600,00 C
2.3.1.01.01.075 - THIAGO PASCHOAL CARDOSO	123.600,00 C
2.3.1.01.01.076 - UBIRATAN ANTONIO DA CUNHA	370.800,00 C
2.3.1.01.01.077 - WESLEY DOS SANTOS SOUZA	123.600,00 C
<b>CAPITAL SOCIAL - AÇÕES PREFERENCIAIS</b>	<b>19.733.754,00 C</b>
2.3.1.01.02 - CAPITAL SOCIAL - AÇÕES ORDINARIAS	330.000,00 C
2.3.1.01.02.001 - ANISIO AMARAL DA SILVA	330.000,00 C
2.3.1.01.02.002 - WESLEY DOS SANTOS SOUZA	340.000,00 C
2.3.1.01.02.003 - UBIRATAN ANTONIO DA CUNHA	
<b>CAPITAL SOCIAL - AÇÕES ORDINARIAS</b>	<b>1.000.000,00 C</b>
2.3.3 - RESERVA DE LUCRO	
2.3.3.01 - RESERVA DE LUCRO	
2.3.3.01.01 - RESERVA DE LUCRO	438.329,38 C
2.3.3.01.01.001 - RESERVA LEGAL	876.658,75 C
2.3.3.01.01.002 - RESERVA ESTATUTÁRIA	
<b>RESERVA DE LUCRO</b>	<b>1.314.988,13 C</b>
2.3.4 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.3.4.01 - RESULTADOS ACUMULADOS	
2.3.4.01.01 - RESULTADOS ACUMULADOS	2.097.077,66 D
2.3.4.01.01.001 - PREJUÍZOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.394.232,94 D
2.3.4.01.01.002 - RESULTADO DE PERÍODO	
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>10.491.310,60 D</b>
<b>Total do PASSIVO E PATRIMÔNIO...</b>	<b>47.909.928,71 C</b>

Reconhecemos a exatidão do presente balanço encerrado em 31 de Dezembro de 2020

UBIRATAN ANTONIO DA CUNHA  
 FUNÇÃO: DIRETOR PRESIDENTE  
 RG: 247295462  
 CPF: 136.122.678-17

ANDRE BARAUNA VIEIRA  
 FUNÇÃO: CONTADOR  
 CPF: 162.995.288-50  
 CT/CRC: 1SP211.634/O-9





Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil EIRELI - ME  
25.384.788/0001-08  
Rua Júlio Colaço, 270 – Chácara Califórnia – SP/SP CEP. 03.503-030  
paulalibretti@hotmail.com - 11.985.442.413

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**AOS ACIONISTAS E ADMINISTRADORES  
UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A.**

### **Introdução**

Examinei as demonstrações contábeis da Companhia UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela empresa.

### **Opinião**

Em minha opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tanto quanto o desempenho de suas operações e o seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil EIRELI - ME  
25.384.788/0001-08  
Rua Júlio Colaço, 270 – Chácara Califórnia – SP/SP CEP. 03.503-030  
paulalibretti@hotmail.com - 11.985.442.413

### **Base para opinião**

A auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Minha responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção intitulada “Responsabilidade do Auditor Independente”, apresentada anteriormente. Sou independente em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpro com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha opinião.

### **Outros Assuntos**

Conforme Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, foi celebrado contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em 24/05/2019, na cidade de São Paulo - lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Anteriormente, a UPBUS Qualidade em Transportes S.A. vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4, em caráter emergencial e a título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros.

Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando:

- O prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos;



Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil EIRELI - ME  
25.384.788/0001-08  
Rua Júlio Colaço, 270 – Chácara Califórnia – SP/SP CEP. 03.503-030  
paulalibretti@hotmail.com - 11.985.442.413

- A referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês, para fins de remuneração;
- A Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano, em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração;

Além do mencionado, conforme Nota Explicativa nº 10 – Investimentos, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com o objetivo de atender necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, onde a UPBUS Qualidade em Transportes conta com reserva ao valor de R\$ 88.563,00.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir tal elaboração, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; A administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil EIRELI - ME  
25.384.788/0001-08  
Rua Júlio Colaço, 270 – Chácara Califórnia – SP/SP CEP. 03.503-030  
paulalibretti@hotmail.com - 11.985.442.413

## **Responsabilidade do auditor independente**

O objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo minha opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exerço julgamento profissional e mantenho ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identifiquei e avaliei os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por procedimentos por fraude ou erro, planejei e executei os procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtive evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar minha opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtive entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliei a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Libretti Consultoria, Auditoria e Perícia Contábil EIRELI - ME  
25.384.788/0001-08  
Rua Júlio Colaço, 270 – Chácara Califórnia – SP/SP CEP. 03.503-030  
paulalibretti@hotmail.com - 11.985.442.413

- Concluí sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluir que existe incerteza relevante, devo chamar atenção em meu relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em minha opinião, se as divulgações forem inadequadas. Minha conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de meu relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliei a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comuniquei-me com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante meu trabalho.

PAULA  
LIBRETTI DO  
GANDO:37311  
057809

Assinado de forma  
digital por PAULA  
LIBRETTI DO  
GANDO:37311057809  
Dados: 2021.09.29  
16:08:17 -03'00'

São Paulo, 17 de abril de 2020.

---

**LIBRETTI CONSULTORIA, AUDITORIA E PERÍCIA CONTÁBIL**  
CRC2SP035793/O-2  
**PAULA LIBRETTI DO GANDO**  
CRC1SP307549/O-2

# UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18 - NIRE: 35.300.477.995 - (anteriormente Qualibus Qualidade em Transportes S.A.)

Balanco Patrimonial	Notas	2020	2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.129.796	1.449.910
Contas a receber	9	1.354.818	1.268.133
Estoques		52.381	63.115
Outras contas a receber		1.770.380	-
		<b>5.307.375</b>	<b>2.781.158</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Bloqueio judicial		259.911	304.502
Carta de crédito		76.055	6.522
		<b>335.966</b>	<b>311.024</b>
Investimentos	10	154.985	88.563
Imobilizado	11	42.111.603	28.945.163
		<b>42.266.588</b>	<b>29.033.726</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>47.909.929</b>	<b>32.125.908</b>

Balanco Patrimonial	Notas	2020	2019
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		1.908.481	1.360.708
Empréstimos	12	1.015.439	38.870
Obrigações tributárias	13	2.755.178	1.268.680
Obrigações trabalhistas	14	1.366.525	1.899.056
Parcelamentos previdenciários	15	953.866	-
		<b>7.999.489</b>	<b>4.567.314</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Financiamentos	16	23.387.886	14.016.839
Parcelamentos previdenciários	15	4.588.322	2.815.980
Provisão para contingências	17	376.800	-
		<b>28.353.008</b>	<b>16.832.819</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	20.734.400	20.734.400
Reserva legal	18	438.329	178.787
Reserva estatutária	18	876.658	357.574
Prejuízos acumulados		(10.491.955)	(10.544.986)
		<b>11.557.432</b>	<b>10.725.775</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.909.929</b>	<b>32.125.908</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício	2020	2019
<b>Receita de serviços prestados</b>	<b>62.890.492</b>	<b>64.578.836</b>
<b>(-) Custos dos serviços prestados</b>		
Com pessoal	(21.860.592)	(18.085.726)
Com veículos	(19.296.824)	(27.323.520)
Depreciação	(7.193.886)	(3.881.924)
	<b>(48.351.302)</b>	<b>(49.291.170)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>14.539.190</b>	<b>15.287.666</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Administrativas	(3.189.023)	(3.093.338)
Processos judiciais	(3.461.322)	(5.496.774)
Tributárias	(635.807)	(311.112)
Gerais de operação	(2.301.253)	(1.626.995)
Outras receitas	1.770.380	-
	<b>(7.817.025)</b>	<b>(10.528.219)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>6.722.165</b>	<b>4.759.447</b>
Receita financeira	7.039	77.574
Despesa financeira	(286.341)	(103.223)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>6.442.863</b>	<b>4.733.798</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.252.023)	(1.158.056)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>
Quantidade de ações	20.734.400	20.734.400
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b>0,25</b>	<b>0,17</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em reais

**1. Contexto operacional:** A UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., empresa devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816 - Limeiro - São Paulo - SP - CEP: 08051-370, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediata-

## Demonstrações Financeiras (Valores em R\$)

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2020

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.734.400</b>	-	-	<b>(10.470.981)</b>	<b>10.263.419</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.575.742	3.575.742
Constituição da reserva legal	-	178.787	-	(178.787)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	357.574	(357.574)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.113.386)	(3.113.386)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.734.400</b>	<b>178.787</b>	<b>357.574</b>	<b>(10.544.986)</b>	<b>10.725.775</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.190.840	5.190.840
Constituição da reserva legal	-	259.542	-	(259.542)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	519.084	(519.084)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.359.183)	(4.359.183)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.734.400</b>	<b>438.329</b>	<b>876.658</b>	<b>(10.491.955)</b>	<b>11.557.432</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2020

	2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
(+) Recebimentos de clientes	60.502.554	66.191.462		
(-) Pagamentos a fornecedores	(21.927.340)	(37.315.052)		
(-) Pagamentos a funcionários	(19.666.915)	(20.425.620)		
(-) Pagamento de impostos	(401.332)	1.477.625		
(-) Valores bloqueados judicialmente	44.591	(91.698)		
(-) Pagamento de carta de crédito	(69.533)	(6.504)		
(+) Recebimentos de receita financeira	7.039	77.574		
(-) Pagamento das despesas financeiras	(286.341)	(103.223)		
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.084.522)	-		
<b>(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>15.118.201</b>	<b>9.804.564</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
(-) Investimentos em terminais	(66.422)	(88.563)		
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(22.130.706)	(15.276.117)		
(+) Venda do ativo imobilizado	1.770.380	-		
<b>(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(20.426.748)</b>	<b>(15.364.680)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
(+) Novos empréstimos e financiamentos			23.200.402	16.315.400
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos			(12.852.786)	(6.457.962)
(-) Pagamento de dividendos			(4.359.183)	(3.113.386)
<b>(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos</b>			<b>5.988.433</b>	<b>6.744.052</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			1.449.910	265.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			2.129.796	1.449.910
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>				
			<b>679.886</b>	<b>1.183.936</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

mente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. **(d) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(e) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(f) Instrumentos financeiros:** O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excedente de R\$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **5. Gerenciamento de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações

### 11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2020	2019
Edificações	4%	3.634.400	(733.443)
Veículos	20%	59.579.535	(20.840.796)
Móveis e utensílio		23.987	-
Máquinas e equipamentos	10%	61.820	(98)
Bilhetagem eletrônica	20%	415.830	(91.263)
Benfeitoria em imóvel de terceiros		55.000	-
		<b>63.770.572</b>	<b>(21.665.600)</b>

### Movimentação do custo

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	39.377.513	21.972.402	(1.770.380)	59.579.535
Móveis e utensílio	23.030	957	-	23.987
Máquinas e equipamentos	59.955	1.865	-	61.820
Bilhetagem eletrônica	315.348	100.482	-	415.830
Benfeitoria em imóvel de terceiros	-	55.000	-	55.000
	<b>43.410.246</b>	<b>22.130.706</b>	<b>(1.770.380)</b>	<b>63.770.572</b>

que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **(d) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **(e) Risco de taxas de juros:** O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado. **6. Plano de contas:** O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional. **7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **8. Caixa e equivalentes em caixa: Descrição**

	2020	2019
Caixa e bancos	162.433	384.545
Aplicações financeiras	1.967.363	1.065.365
<b>Total</b>	<b>2.129.796</b>	<b>1.449.910</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **9. Contas a receber:** Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes. **10. Investimentos:** Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

continua

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações

**Movimentação da depreciação**

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	(581.504)	(151.939)	-	(733.443)
Veículos	(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)
Móveis e utensílio	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	(98)	-	(98)
Bilheteagem eletrônica	(40.841)	(50.422)	-	(91.263)
	<b>(14.465.083)</b>	<b>(7.200.517)</b>	-	<b>(21.665.600)</b>

**12. Empréstimos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de cobertura de capital de giro, com taxa de juros de 2,5% a.m..

13. Obrigações tributárias: Descrição	2020	2019
IRPJ a recolher	1.819.878	899.273
CSLL a recolher	638.183	306.765
IRRF a recolher	9.884	1.795
IPJU a recolher	287.233	60.847
<b>Total</b>	<b>2.755.178</b>	<b>1.268.680</b>

14. Obrigações trabalhistas: Descrição	2020	2019
Salários a pagar	398.860	805.987
INSS a recolher	671.607	906.720
FGTS a recolher	182.522	164.965
Rescisões a pagar	55.022	14.455
Outras	58.514	6.929
<b>Total</b>	<b>1.366.525</b>	<b>1.899.056</b>

**15. Parcelamentos previdenciários:** Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2015 a julho de 2016, em 120 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado, parcelando os débitos de INSS, do período de 13° de 2017 e de abril de 2018 a 13° de 2018, em 60 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de

INSS, do período de abril de 2019 a junho de 2020, em 60 meses. Em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do julho de 2020 a novembro de 2020, em 60 meses. **16. Financiamentos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m. **17. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. **Passivos contingentes - risco de perda possível:** A Companhia possui ainda ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 15.250 mil não sendo, portanto, requerida provisão na data. **18. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito é de R\$ 20.734.400, sendo 1.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal e 19.734.400 ações preferenciais nominativas com valor nominal. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. **Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas pela mé-

dia ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **19. Informações suplementares:** Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2020
Liquidez Corrente	Ativo circulante Passivo circulante	5.307.375 7.999.489	0,66
Liquidez Geral	Ativo circulante + Realizável a longo prazo Passivo circulante + Exigível a longo prazo	5.643.341 36.352.497	0,16
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques Passivo circulante	5.254.994 7.999.489	0,66
Endividamento Total	Passivo circulante + Exigível a longo prazo Ativo total	36.352.497 47.909.929	0,76
Quociente de Solvência	Ativo total Passivo total - Patrimônio líquido	47.909.929 36.352.497	1,32

**20. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui cobertura de seguro de frota e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

Ubiratan Antonio da Cunha - CPF 136.122.678-17

André Barauna Vieira - Contador - CRC 1SP 211.634/O-9

Aos acionistas e administradores

**UPBUS Qualidade em Transportes S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria de ano anterior:** As demonstrações financeiras da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresen-

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

tação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021

**Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236**  
**Edison Ryu Ishikura - Contador CRC 1SP200894/O-0**

**Demonstrações Financeiras (Valores em R\$)**

Balanco Patrimonial	Notas	2020		2019	
		ATIVO			
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.129.796		1.449.910	
Contas a receber	9	1.354.818		1.268.133	
Estoque		52.381		63.115	
Outras contas a receber		1.770.380			
		<b>5.307.375</b>		<b>2.781.158</b>	
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Bloqueio judicial		259.911		304.502	
Carta de crédito		76.055		6.522	
		<b>335.966</b>		<b>311.024</b>	
Investimentos	10	154.985		88.563	
Imobilizado	11	42.111.603		28.945.163	
		<b>42.266.588</b>		<b>29.033.726</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>47.909.929</b>		<b>32.125.908</b>	
<b>Balanco Patrimonial</b>					
	<b>Notas</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		1.908.481		1.360.708	
Obrigações	12	1.015.439		38.870	
Obrigações tributárias	13	2.755.178		1.268.680	
Obrigações trabalhistas	14	136.256		1.899.056	
Parcelamentos previdenciários	15	953.866			
		<b>7.999.489</b>		<b>4.567.314</b>	
<b>Não circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Financiamentos	16	23.387.886		14.016.839	
Parcelamentos previdenciários	15	4.588.322		2.815.980	
Provisão para contingências	17	376.800			
		<b>28.353.008</b>		<b>16.832.819</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18	20.734.400		20.734.400	
Reserva legal	18	438.329		178.787	
Reserva estatutária	18	876.658		357.574	
Prejuízos acumulados		(10.491.955)		(10.544.986)	
		<b>11.557.422</b>		<b>10.725.715</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.909.929</b>		<b>32.125.908</b>	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2020					
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.734.400</b>	-	-	<b>(10.470.981)</b>	<b>10.263.419</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.575.742	3.575.742
Constituição da reserva legal	-	178.787	-	(178.787)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	357.574	(357.574)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.113.386)	(3.113.386)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.734.400</b>	<b>178.787</b>	<b>357.574</b>	<b>(10.544.986)</b>	<b>10.275.715</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.190.840	5.190.840
Constituição da reserva legal	-	259.542	-	(259.542)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	519.084	(519.084)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.359.183)	(4.359.183)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.734.400</b>	<b>438.329</b>	<b>876.658</b>	<b>(10.491.955)</b>	<b>11.557.422</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2020					
	2020	2019	2020	2019	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
(+) Recebimentos de clientes	60.502.554	66.191.462			
(-) Pagamentos a fornecedores	(21.927.340)	(37.315.052)			
(-) Pagamentos a funcionários	(19.666.915)	(20.425.620)			
(-) Pagamento de impostos	(401.332)	1.477.625			
(-) Valores bloqueados judicialmente	44.591	(91.698)			
(-) Pagamento de carta de crédito	(69.533)	(6.504)			
(+) Recebimentos de receita financeira	7.039	77.574			
(-) Pagamento das despesas financeiras	(286.341)	(103.223)			
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.084.522)	-			
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<b>15.118.201</b>	<b>9.804.564</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
(-) Investimentos em terminais	(66.120.422)	(88.653)			
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(22.130.706)	(15.276.117)			
(+) Venda do ativo imobilizado	1.770.380	-			
(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	<b>(20.426.748)</b>	<b>(15.364.680)</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

do-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a simultaneidade com processos anteriores, sua provérbio e o posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como controlada, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de valores dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as pressupostos pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** (a) **Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (b) **Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, de riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e o risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito resultam, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco de insolvência financeira em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebedores, avaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, obtendo mitigações eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. (d) **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito comprometidas e capacidade de liquidação posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartidas às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa su-

ciente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. (e) **Risco de taxas de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os recebíveis de suas Exposições a taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes deses mercado. **6. Plano de contas:** O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional. **7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abordadas apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. **Alterações ao IAS 1:** Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (correlato ao CPC 26 R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar um passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base a ser liquidado; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Definição de materialidade:** Fornece uma nova definição de material que afirma: As definições esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários dessas informações. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

**1. Contexto operacional:** A UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., empresa devidamente localizada a Avenida Augusto Artur, nº 816 - Limeiro - São Paulo - SP - CEP: 08051-370, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 60/20.19/000193-10, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2010 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 17/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações; Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis, com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT/GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e o título precário de delegação da prestação de serviços essenciais de transporte coletivo urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos, para fins de remuneração, a referência da taxa patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e o último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Tava Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delegação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2º do Decreto Municipal nº 58.200, de 04/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para o planejamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que esta possa exercer, com base nessas dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atendimento, nos termos da Lei Complementar nº 16.337, de 30/12/2015. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente convertíveis em valores em dinheiro contábeis e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. (c) **Imobilizado:** Com referência ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de valor ao seu valor de recuperação. (d) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são valorados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. (e) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. (f) **Instrumentos financeiros:** O ativo e passivos transacionados como instrumentos financeiros são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social no exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excidente de R\$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e considerando uma compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. (h) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levand-

8. Caixa e equivalentes em caixa - Descrição					
	2020	2019		2020	2019
Caixa e bancos	162.433	394.545			
Aplicações financeiras	1.967.363	1.065.365			
<b>Total</b>	<b>2.129.796</b>	<b>1.449.910</b>			

9. Taxa de depreciação (a.a.)					
	2020	2019		2020	2019
Edificações	4%				
Veículos	20%				
Móveis e utensílios					
Máquinas e equipamentos	10%				
Bilheteagem eletrônica	20%				
Benefitória em imóvel de terceiros					

Movimentação do custo					
	2019	Adições	Baixas	2020	
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400	
Veículos	39.377.513	21.972.402	(1.770.380)	59.579.535	
Móveis e utensílios	23.030	967	-	23.997	
Máquinas e equipamentos	59.955	1.865	-	61.820	
Bilheteagem eletrônica	315.348	100.482	-	415.830	
Benefitória em imóvel de terceiros	-	55.000	-	55.000	
<b>Total</b>	<b>63.770.572</b>	<b>(21.665.600)</b>	<b>42.104.972</b>	<b>28.945.163</b>	

Movimentação da depreciação					
	2019	Adições	Baixas	2020	
Edificações	(581.504)	(151.539)	-	(733.043)	
Veículos	(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)	
Móveis e utensílios	-	(98)	-	(98)	
Máquinas e equipamentos	(40.841)	(50.422)	-	(91.263)	
Bilheteagem eletrônica	-	(7.200.517)	-	(7.200.517)	
<b>Total</b>	<b>(14.465.083)</b>	<b>(7.200.517)</b>	<b>(7.200.517)</b>	<b>(21.665.600)</b>	

12. Empréstimos:					
	2020	2019		2020	2019
IRPJ a recolher	1.819.878	899.273			
IRRF a recolher	638.183	306.765			
CSLL a recolher	9.884	1.795			
PTU a recolher	287.233	60.847			
<b>Total</b>	<b>2.755.178</b>	<b>1.268.680</b>			

14. Obrigações trabalhistas:					
	2020	2019		2020	2019
Salários a pagar	398.860	805.987			
INSS a recolher	671.607	906.720			
FGTS a recolher	182.522	164.965			
Rescisões a pagar	55.024	14.425			
Outras	58.112	6.999			
<b>Total</b>	<b>1.268.525</b>	<b>1.889.056</b>			

**15. Parcelamentos previdenciários:** Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2013 a julho de 2016, em 120 meses. Os débitos de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado, parcelando os débitos de INSS, do período de 13º de 2017 e de abril de 2018 a 13º de 2018, em 60 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do período de abril de 2019 a junho de 2020, em 60 meses. Em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do julho de 2020 a novembro de 2020, em 60 meses. **16. Financiamentos:** Referem-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.n. **17. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as provisões perdas estimadas com as ações em curso. **Passivos contingentes - risco de perda possível:** A Companhia possui ainda ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 125.200 mil não sendo, portanto, requerida provisão na data. **18. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito é de R\$ 20.734.400, sendo 1.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal e 19.734.400 ações preferências nominativas com valor nominal. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reser-**

va estatutária: A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. **Lucro pro por ação:** O lucro pro ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro pro ação básico e o diluído. **19. Informações complementares:** Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balanco Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice	
		calculado	2020
Liquidez Corrente	Ativo circulante	5.307.375	0,66
	Passivo circulante	7.999.489	
Liquidez Geral	Ativo circulante +		
	Realizável a longo prazo	5.643.341	0,16
	Passivo circulante +		
	Exigível a longo prazo	36.352.497	
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques	5.254.994	0,66
	Passivo circulante	7.999.489	
Endividamento Total	Passivo circulante +		
	Exigível a longo prazo	36.352.497	0,76

# UPBUS Qualidade em Transportes S.A.

CNPJ: 20.589.268/0001-18 - NIRE: 35.300.477.995 - (anteriormente Qualibus Qualidade em Transportes S.A.)

Balanco Patrimonial	Notas	2020	2019
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.129.796	1.449.910
Contas a receber	9	1.354.818	1.268.133
Estoques		52.381	63.115
Outras contas a receber		1.770.380	-
		<b>5.307.375</b>	<b>2.781.158</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Bloqueio judicial		259.911	304.502
Carta de crédito		76.055	6.522
		<b>335.966</b>	<b>311.024</b>
Investimentos	10	154.985	88.563
Imobilizado	11	42.111.603	28.945.163
		<b>42.266.588</b>	<b>29.033.726</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>47.909.929</b>	<b>32.125.908</b>

Balanco Patrimonial	Notas	2020	2019
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		1.908.481	1.360.708
Empréstimos	12	1.015.439	38.870
Obrigações tributárias	13	2.755.178	1.268.680
Obrigações trabalhistas	14	1.366.525	1.899.056
Parcelamentos previdenciários	15	953.866	-
		<b>7.999.489</b>	<b>4.567.314</b>
<b>Não circulante</b>			
<b>Exigível a longo prazo</b>			
Financiamentos	16	23.387.886	14.016.839
Parcelamentos previdenciários	15	4.588.322	2.815.980
Provisão para contingências	17	376.800	-
		<b>28.353.008</b>	<b>16.832.819</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	18	20.734.400	20.734.400
Reserva legal	18	438.329	178.787
Reserva estatutária	18	876.658	357.574
Prejuízos acumulados		(10.491.955)	(10.544.986)
		<b>11.557.432</b>	<b>10.725.775</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.909.929</b>	<b>32.125.908</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Exercício	2020	2019
<b>Receita de serviços prestados</b>	<b>62.890.492</b>	<b>64.578.836</b>
<b>(-) Custos dos serviços prestados</b>		
Com pessoal	(21.860.592)	(18.085.726)
Com veículos	(19.296.824)	(27.323.520)
Depreciação	(7.193.886)	(3.881.924)
	<b>(48.351.302)</b>	<b>(49.291.170)</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>14.539.190</b>	<b>15.287.666</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Administrativas	(3.189.023)	(3.093.338)
Processos judiciais	(3.461.322)	(5.496.774)
Tributárias	(635.807)	(311.112)
Gerais de operação	(2.301.253)	(1.626.995)
Outras receitas	1.770.380	-
	<b>(7.817.025)</b>	<b>(10.528.219)</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>6.722.165</b>	<b>4.759.447</b>
Receita financeira	7.039	77.574
Despesa financeira	(286.341)	(103.223)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>6.442.863</b>	<b>4.733.798</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.252.023)	(1.158.056)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>
Quantidade de ações	20.734.400	20.734.400
<b>Lucro básico por ação - R\$</b>	<b>0,25</b>	<b>0,17</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>5.190.840</b>	<b>3.575.742</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 - Em reais

**1. Contexto operacional:** A UPBUS QUALIDADE EM TRANSPORTES S.A., empresa devidamente localizada a Avenida Augusto Antunes, nº 816 - Limeiro - São Paulo - SP - CEP: 08051-370, fundada em 07/07/2014, inscrita no CNPJ sob o nº 20.589.268/0001-18, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com fins lucrativos, que tem por objetivo o transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal. Foi celebrado o contrato de concessão do serviço de transporte coletivo público de passageiros, na cidade de São Paulo, lote D4 do Grupo Local de Distribuição da concorrência 05/2015, processo SEI nº 6020.2019/0002193-0, nos termos da Lei Municipal nº 13.241, de 12/12/2001 e alterações; Lei Municipal nº 13.278, de 7/01/2002 e alterações; Lei Federal nº 12.587, de 3/01/2012 e alterações, Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e demais normas aplicáveis., com a Prefeitura Municipal de São Paulo. Até então, a Companhia vinha atuando com base no contrato nº 42/2019 SMT.GAB - Lote Operacional D4 em caráter emergencial e a título precário de delação da prestação de serviços essenciais de transporte urbano de passageiros, assinada em 24/05/2019 junto a Prefeitura do Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes - SMT. Em 06/09/2019, foi celebrado o primeiro termo de aditamento do contrato alterando: o prazo de concessão do transporte público coletivo de 20 para 15 anos; para fins de remuneração, a referência da frota patrimonial passou a ser considerada a posição do cadastro da frota do dia de início da operação, e do último dia de cada mês; e em decorrência da alteração do prazo de concessão e da remuneração, a Taxa Interna de Retorno (TIR) do referido contrato foi reduzida de 9,85% ao ano para 9,10% ao ano. O objeto do contrato é a delação, por concessão, da prestação e exploração do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros, em São Paulo, nos termos do artigo 2 do Decreto Municipal nº 58.200, de 5/04/2018, alterado pelo Decreto Municipal nº 58.541, de 30/11/2018, do Lote D4, do Grupo Local de Distribuição, com a finalidade de atender às necessidades atuais e futuras de deslocamento da população, envolvendo: a) operação da frota de veículos, incluindo a dos Serviços Complementares; b) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; c) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; d) operações dos terminais de integração e estações de transferência; e) serviços de tecnologia da informação aplicados ao monitoramento da frota, incluindo aquisições, instalação, operação e manutenção de toda a infraestrutura tecnológica necessárias (hardware e software) para processamento, armazenamento, comunicação, disponibilizando todos os dados coletados pelos equipamentos embarcados obrigatórios ao Poder Concedente, de modo que este possa exercer, com base nesses dados, as atividades de planejamento, monitoramento, fiscalização e apuração de indicadores que compõem os índices de qualidade e desempenho da frota vinculada ao Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros; e f) operação do Serviço de Atendimento Especial - Serviço Atende, nos termos da Lei Municipal nº 16.337, de 30/12/2015. **2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediata-

## Demonstrações Financeiras (Valores em R\$)

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2020

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.734.400</b>	-	-	<b>(10.470.981)</b>	<b>10.263.419</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.575.742	3.575.742
Constituição da reserva legal	-	178.787	-	(178.787)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	357.574	(357.574)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.113.386)	(3.113.386)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.734.400</b>	<b>178.787</b>	<b>357.574</b>	<b>(10.544.986)</b>	<b>10.725.775</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.190.840	5.190.840
Constituição da reserva legal	-	259.542	-	(259.542)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	519.084	(519.084)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.359.183)	(4.359.183)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.734.400</b>	<b>438.329</b>	<b>876.658</b>	<b>(10.491.955)</b>	<b>11.557.432</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2020

	2020	2019	2020	2019
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
(+) Recebimentos de clientes	60.502.554	66.191.462		
(-) Pagamentos a fornecedores	(21.927.340)	(37.315.052)		
(-) Pagamentos a funcionários	(19.666.915)	(20.425.620)		
(-) Pagamento de impostos	(401.332)	1.477.625		
(-) Valores bloqueados judicialmente	44.591	(91.698)		
(-) Pagamento de carta de crédito	(69.533)	(6.504)		
(+) Recebimentos de receita financeira	7.039	77.574		
(-) Pagamento das despesas financeiras	(286.341)	(103.223)		
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.084.522)	-		
<b>(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>15.118.201</b>	<b>9.804.564</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
(-) Investimentos em terminais	(66.422)	(88.563)		
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(22.130.706)	(15.276.117)		
(+) Venda do ativo imobilizado	1.770.380	-		
<b>(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>(20.426.748)</b>	<b>(15.364.680)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
(+) Novos empréstimos e financiamentos			23.200.402	16.315.400
(-) Amortização de empréstimos e financiamentos			(12.852.786)	(6.457.962)
(-) Pagamento de dividendos			(4.359.183)	(3.113.386)
<b>(=) Disponibilidades geradas pelas atividades de financiamentos</b>			<b>5.988.433</b>	<b>6.744.052</b>
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			1.449.910	265.974
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			2.129.796	1.449.910
<b>Aumento, líquido, no caixa e equivalentes de caixa</b>			<b>679.886</b>	<b>1.183.936</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

mente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem registrados no curto prazo. **(c) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, às taxas anuais. A Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos pelo menos uma vez ao ano, e em 31 de dezembro de 2020 não há indicação de desvalorização que requeira a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. **(d) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam a vencer, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. **(e) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. **(f) Instrumentos financeiros:** O Companhia não atua no mercado de derivativos e nem de venda variável. Os ativos e passivos tratados como instrumentos financeiros tais como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados nesta demonstração financeira. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou compensar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável trimestral, excedente de R\$ 60 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado com as adições e exclusões, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(h) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são reconhecidas levando-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, sua complexidade e no posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **5. Gerenciamento de risco financeiro: (a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamento a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **(b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. **(c) Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. A Companhia considera baixo o risco de crédito das operações

### 11. Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação (a.a.)	2020	2019
Edificações	4%	3.634.400	(733.443)
Veículos	20%	59.579.535	(20.840.796)
Móveis e utensílio		23.987	-
Máquinas e equipamentos	10%	61.820	(98)
Bilhetagem eletrônica	20%	415.830	(91.263)
Benfeitoria em imóvel de terceiros		55.000	-
		<b>63.770.572</b>	<b>(21.665.600)</b>

### Movimentação do custo

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	3.634.400	-	-	3.634.400
Veículos	39.377.513	21.972.402	(1.770.380)	59.579.535
Móveis e utensílio	23.030	957	-	23.987
Máquinas e equipamentos	59.955	1.865	-	61.820
Bilhetagem eletrônica	315.348	100.482	-	415.830
Benfeitoria em imóvel de terceiros	-	55.000	-	55.000
	<b>43.410.246</b>	<b>22.130.706</b>	<b>(1.770.380)</b>	<b>63.770.572</b>

que mantém em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. **(d) Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. **(e) Risco de taxas de juros:** O risco da taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes desse mercado. **6. Plano de contas:** O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional. **7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - *Presentation of Financial Statements* (correlato ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. **8. Caixa e equivalentes em caixa: Descrição**

	2020	2019
Caixa e bancos	162.433	384.545
Aplicações financeiras	1.967.363	1.065.365
<b>Total</b>	<b>2.129.796</b>	<b>1.449.910</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **9. Contas a receber:** Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Remuneração de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes. **10. Investimentos:** Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; e d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3., 1.1.4. e 1.1.5. do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

continua

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações

**Movimentação da depreciação**

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Edificações	(581.504)	(151.939)	-	(733.443)
Veículos	(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)
Móveis e utensílio	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	(98)	-	(98)
Bilheteagem eletrônica	(40.841)	(50.422)	-	(91.263)
	<b>(14.465.083)</b>	<b>(7.200.517)</b>	-	<b>(21.665.600)</b>

**12. Empréstimos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de cobertura de capital de giro, com taxa de juros de 2,5% a.m..

13. Obrigações tributárias: Descrição	2020	2019
IRPJ a recolher	1.819.878	899.273
CSLL a recolher	638.183	306.765
IRRF a recolher	9.884	1.795
IPU a recolher	287.233	60.847
<b>Total</b>	<b>2.755.178</b>	<b>1.268.680</b>

14. Obrigações trabalhistas: Descrição	2020	2019
Salários a pagar	398.860	805.987
INSS a recolher	671.607	906.720
FGTS a recolher	182.522	164.965
Rescisões a pagar	55.022	14.455
Outras	58.514	6.929
<b>Total</b>	<b>1.366.525</b>	<b>1.899.056</b>

**15. Parcelamentos previdenciários:** Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2015 a julho de 2016, em 120 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado, parcelando os débitos de INSS, do período de 13° de 2017 e de abril de 2018 a 13° de 2018, em 60 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de

2019	Adições	Baixas	2020
(581.504)	(151.939)	-	(733.443)
(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)
-	-	-	-
-	(98)	-	(98)
(40.841)	(50.422)	-	(91.263)
<b>(14.465.083)</b>	<b>(7.200.517)</b>	-	<b>(21.665.600)</b>

INSS, do período de abril de 2019 a junho de 2020, em 60 meses. Em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do julho de 2020 a novembro de 2020, em 60 meses. **16. Financiamentos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m. **17. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. **Passivos contingentes - risco de perda possível:** A Companhia possui ainda ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 15.250 mil não sendo, portanto, requerida provisão na data. **18. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito é de R\$ 20.734.400, sendo 1.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal e 19.734.400 ações preferenciais nominativas com valor nominal. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva estatutária:** A reserva estatutária é constituída a razão de 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76. **Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas pela mé-

dia ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído. **19. Informações suplementares:** Em 31 de dezembro de 2020, a partir dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial, os índices apresentados pela administração são:

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2020
Liquidez Corrente	Ativo circulante Passivo circulante	5.307.375 7.999.489	0,66
Liquidez Geral	Ativo circulante + Realizável a longo prazo Passivo circulante + Exigível a longo prazo	5.643.341 36.352.497	0,16
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques Passivo circulante	5.254.994 7.999.489	0,66
Endividamento Total	Passivo circulante + Exigível a longo prazo Ativo total	36.352.497 47.909.929	0,76
Quociente de Solvência	Ativo total Passivo total - Patrimônio líquido	47.909.929 36.352.497	1,32

**20. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui cobertura de seguro de frota e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros.

Diretoria

Ubiratan Antonio da Cunha - CPF 136.122.678-17

André Barauna Vieira - Contador - CRC 1SP 211.634/O-9

Aos acionistas e administradores

**UPBUS Qualidade em Transportes S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Auditoria de ano anterior:** As demonstrações financeiras da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação com o exercício de 31 de dezembro de 2020, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresen-

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

tação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021

**Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236**  
**Edison Ryu Ishikura - Contador CRC 1SP200894/O-0**

**Demonstrações Financeiras (Valores em R\$)**

Balanco Patrimonial	Notas	2020		2019	
		ATIVO			
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.129.796		1.449.910	
Contas a receber	9	1.354.818		1.268.133	
Estoque		52.381		63.115	
Outras contas a receber		1.770.380			
		<b>5.307.375</b>		<b>2.781.158</b>	
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Bloqueio judicial		259.911		304.502	
Carta de crédito		76.055		6.522	
		<b>335.966</b>		<b>311.024</b>	
Investimentos	10	154.985		88.563	
Imobilizado	11	42.111.603		28.945.163	
		<b>42.266.588</b>		<b>29.033.726</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>47.909.929</b>		<b>32.125.908</b>	
<b>Balanco Patrimonial</b>					
	<b>Notas</b>	<b>2020</b>		<b>2019</b>	
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		1.908.481		1.360.708	
Obrigações	12	1.015.439		38.870	
Obrigações tributárias	13	2.755.178		1.268.680	
Obrigações trabalhistas	14	136.256		1.899.056	
Parcelamentos previdenciários	15	953.866			
		<b>7.999.489</b>		<b>4.567.314</b>	
<b>Não circulante</b>					
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Financiamentos	16	23.387.886		14.016.839	
Parcelamentos previdenciários	15	4.588.322		2.815.980	
Provisão para contingências	17	376.800			
		<b>28.353.008</b>		<b>16.832.819</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18	20.734.400		20.734.400	
Reserva legal	18	438.329		178.787	
Reserva estatutária	18	876.658		357.574	
Prejuízos acumulados		(10.491.955)		(10.544.986)	
		<b>11.557.422</b>		<b>10.725.775</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>47.909.929</b>		<b>32.125.908</b>	

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2020					
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>20.734.400</b>	-	-	(10.470.981)	<b>10.263.419</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.575.742	3.575.742
Constituição da reserva legal	-	178.787	-	(178.787)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	357.574	(357.574)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(3.113.386)	(3.113.386)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.734.400</b>	<b>178.787</b>	<b>357.574</b>	<b>(10.544.986)</b>	<b>10.275.775</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.190.840	5.190.840
Constituição da reserva legal	-	259.542	-	(259.542)	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	519.084	(519.084)	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(4.359.183)	(4.359.183)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>20.734.400</b>	<b>438.329</b>	<b>876.658</b>	<b>(10.491.955)</b>	<b>11.557.422</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Exercícios Findos em 31/12/2020					
	2020	2019	2020	2019	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
(+) Recebimentos de clientes	60.502.554	66.191.462			
(-) Pagamentos a fornecedores	(21.927.340)	(37.315.052)			
(-) Pagamentos a funcionários	(19.666.915)	(20.425.620)			
(-) Pagamento de impostos	(401.332)	1.477.625			
(-) Valores bloqueados judicialmente	44.591	(91.698)			
(-) Pagamento de carta de crédito	(69.533)	(6.504)			
(+) Recebimentos de receita financeira	7.039	77.574			
(-) Pagamento das despesas financeiras	(286.341)	(103.223)			
(-) Pagamentos de processos judiciais	(3.084.522)	-			
(=) Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	<b>15.118.201</b>	<b>9.804.564</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
(-) Investimentos em terminais	(66.120)	(88.653)			
(-) Aquisição de ativo imobilizado	(22.130.706)	(15.276.117)			
(+) Venda do ativo imobilizado	1.770.380	-			
(=) Disponibilidades aplicadas nas atividades de investimentos	<b>(20.426.748)</b>	<b>(15.364.680)</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

do-se em conta a opinião da Administração e dos seus assessores jurídicos, a natureza das ações, a simultaneidade com processos anteriores, sua provérbio e o posicionamento de tribunais. Sempre que a perda for avaliada como controlada, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, a provisão é reconhecida. As provisões para reclamações trabalhistas são reconhecidas com base no percentual histórico de desembolsos para cada demanda. Os valores provisionados refletem a melhor estimativa que a Empresa possui para mensurar a saída de recursos que se espera que ocorra. **4. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas:** A elaboração de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção de valores dos bens do ativo imobilizado e provisões julgadas necessárias para passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprevistos inerentes ao processo da sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. **Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para que se possa identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso do ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **5. Gerenciamento de risco financeiro:** (a) **Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, e contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (b) **Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, de riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e de risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos financeiros que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do seu patrimônio. (c) **Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito resultam, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco de insolvência financeira em instituições financeiras com as quais opera, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito em relação às contas a receber é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das Companhias para as quais são prestados os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebedores, avaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, obtendo mitigações eventuais perdas. E, se necessário, constitui-se provisão para cobrir o valor devido para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos. (d) **Risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários suficientes, bem como disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito comprometidas e capacidade de liquidação de posições de mercado. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartidas às linhas de crédito não utilizadas. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa-suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de dezembro de 2020, assim como não realizou operações com derivativos financeiros. (e) **Risco de taxas de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Companhia tem como política manter os recebíveis de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas contratuais firmadas com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com os participantes deses mercado. **6. Plano de contas:** O plano de contas implantado na Companhia foi baseado na estrutura apresentada pela SPTRANS - São Paulo Transportes adequada a nossa realidade operacional. **7. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão abordadas apresentadas. A Companhia pretende adotá-las se cabível quando entrarem em vigência. • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 - Presentation of Financial Statements (correlato ao CPC 26 R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis), de forma a especificar os requisitos para classificar um passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base a ser liquidado; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis. • Alteração das normas CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8 - Definição de materialidade. Fornece uma nova definição de material que afirma: As definições de materialidade e a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações contábeis. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários de informações. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes em caixa:	Descrição	2020	2019
Caixa e bancos		162.433	394.545
Aplicações financeiras		1.967.363	1.065.365
<b>Total</b>		<b>2.129.796</b>	<b>1.449.910</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **9. Contas a receber:** Referem-se ao saldo do valor a receber, conforme o Demonstrativo de Recuperação de Sistema Local, decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo urbano pela Companhia à Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes. **10. Investimentos:** Conforme item 3.49 do Contrato de Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público Passageiros, as concessionárias deverão constituir um Fundo de Investimento em Participação, em conformidade com a Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016 da Comissão de Valores Mobiliários, e demais disposições legais e regulamentares que for forem aplicáveis. Esse fundo deve figurar como o sócio controlador da pessoa jurídica gestora responsável pela execução das atividades relacionadas a: a) operação das bilheterias dos terminais de integração e estações de transferência e dos postos de atendimento ao usuário do Bilhete Único; b) administração, manutenção e conservação dos terminais de integração e estações de transferência; c) operação dos terminais de integração e estações de transferência; d) serviços de tecnologia de integração aplicados ao monitoramento da frota. Em conformidade com as cláusulas 1.1.2, 1.1.3, 1.1.4 e 1.1.5 do referido contrato. A partir de 09/2019, o Poder Concedente vem descontando dos valores a pagar à Companhia, o montante para fins de investimento neste Fundo de Investimento em Participações.

	2020	2019
<b>Descrição</b>	<b>Taxa de depreciação (a.a.)</b>	
Edificações	4%	
Veículos	20%	
Móveis e utensílios		
Máquinas e equipamentos	10%	
Bilheteagem eletrônica	20%	
Benefitória em imóvel de terceiros		
<b>63.770.572</b>	<b>(21.665.600)</b>	<b>42.104.972</b>

	2019	Adições	Baixas	2020
<b>Descrição</b>				
Edificações	3.634.400	(733.443)	-	2.900.957
Veículos	39.377.513	(21.972.402)	(1.770.380)	59.579.535
Móveis e utensílios	23.030	967	-	23.997
Máquinas e equipamentos	59.955	1.865	-	61.820
Bilheteagem eletrônica	315.348	100.482	-	415.830
Benefitória em imóvel de terceiros	-	55.000	-	55.000
<b>43.410.246</b>	<b>22.130.706</b>	<b>(1.770.380)</b>	<b>63.770.572</b>	

	2019	Adições	Baixas	2020
<b>Descrição</b>				
Edificações	(581.504)	(151.539)	-	(733.043)
Veículos	(13.842.738)	(6.998.058)	-	(20.840.796)
Móveis e utensílios	-	(98)	-	(98)
Máquinas e equipamentos	(40.841)	(50.422)	-	(91.263)
Bilheteagem eletrônica	-	(7.200.517)	-	(7.200.517)
<b>(14.465.083)</b>	<b>(7.200.517)</b>	<b>(7.200.517)</b>	<b>(21.665.600)</b>	

**12. Empréstimos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de cobertura de capital de giro, com taxa de juros de 2,5% a.m.

13. Obrigações tributárias: Descrição	2020	2019
IRPJ a recolher	1.819.878	899.273
IRRF a recolher	638.175	306.765
CSLL a recolher	9.884	1.795
PTU a recolher	287.233	60.847
<b>Total</b>	<b>2.753.178</b>	<b>1.268.680</b>

14. Obrigações trabalhistas: Descrição	2020	2019
Salários a pagar	398.860	805.987
INSS a recolher	671.607	906.720
FGTS a recolher	182.522	164.965
Rescisões a pagar	55.024	14.425
Outras	58.112	6.999
<b>Total</b>	<b>1.266.525</b>	<b>1.899.056</b>

**15. Parcelamentos previdenciários:** Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), parcelando os débitos de INSS, do período de janeiro de 2013 a julho de 2016, em 120 meses. Os débitos de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado, parcelando os débitos de INSS, do período de 13º de 2017 e de abril de 2018 a 13º de 2018, em 60 meses. Em outubro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do período de abril de 2019 a junho de 2020, em 60 meses. Em dezembro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Simplificado Ordinário, parcelando os débitos de INSS, do julho de 2020 a novembro de 2020, em 60 meses. **16. Financiamentos:** Refere-se aos contratos firmados junto à instituição financeira para fins de aquisição de veículos, com taxa de juros que varia de 0,85% a 1,30% a.m. **17. Provisão para contingências:** A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise do histórico e das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as provisões perdas estimadas com as ações em curso. **Passivos contingentes - risco de perda possível:** A Companhia possui ainda ações de natureza cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, no montante de R\$ 125.200 mil não sendo, portanto, requerida provisão na data. **18. Patrimônio líquido:** O capital social subscrito é de R\$ 20.734.400, sendo 1.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal e 19.734.400 ações preferências nominativas com valor nominal. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reser-**

Índices contábeis	Fórmulas	Índice calculado	2020
Liquidez Corrente	Ativo circulante	5.307.375	0,66
	Passivo circulante	7.999.489	
Liquidez Geral	Ativo circulante +		
	Realizável a longo prazo	5.643.341	0,16
	Passivo circulante +		
	Exigível a longo prazo	36.352.497	
Liquidez Seca	Ativo circulante - Estoques	5.254.994	0,66
	Passivo circulante	7.999.489	
Endividamento Total	Passivo circulante +		
	Exigível a longo prazo	36.352.497	0,76
	Ativo total	47.909.929	
Quociente de Solvência	Ativo total	47.909.929	1,32
	Passivo total -		
	Patrimônio líquido	36.352.497	

**20. Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguro de frota e de acidentes pessoais de passageiros, por valores considerados suficientes pela administração para cobrir eventos sinistros.

**Ubiratan Antonio da Cunha** - CPF 136.122.678-17 **André Barauna Vieira** - Contador - CRC 1SP 211.634/0-9

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

os contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nosso objetivo ao obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos nosso escopo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria e suficiente para fundamentar nossa opinião. O alto nível de deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à divida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos nossos relatórios pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 30 de abril de 2021.

**Unity Auditores Independentes - CRC 2SP026236**  
**Edison Ryu Ishikawa** - Contador CRC 1SP200894/0-0

**UPBUS Qualidade em Transportes S.A.**  
**Objetivo:** Examinamos as demonstrações contábeis da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com as normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". **Limitações inerentes** em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria de **relatório de administração:** As demonstrações financeiras da UPBUS Qualidade em Transportes S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação com o exercício de 2020, foram auditadas por outros auditores, que emitiram relatório sem ressalvas, datado de 20 de abril de 2020. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstra-